

# RELATÓRIO ANUAL 2018



**SICOOB**  
Servidores

Somos o  
cooperativismo  
no Brasil

somos **coop**»

# SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	01
BALANÇO ATIVO/PASSIVO.....	02
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS.....	03
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	04
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	05
NOTAS EXPLICATIVAS.....	06
RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	18
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	19

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2018 da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SERVIDORES, na forma da Legislação em vigor.

### 1. Política Operacional

Em 2018 o SICOOB SERVIDORES completou 22 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

### 2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2018, o SICOOB SERVIDORES obteve um resultado de R\$ 754.096,02 representando um retorno anual sobre o patrimônio líquido de 2,92%.

### 3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 16.528.464,42. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 52.439.822,07. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	52.439.822,07	100%
--------------------	---------------	------

Os dez maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 5,69% da carteira, no montante de R\$ 2.985.130,00.

### 4. Captação

As captações, no total de R\$ 34.111.476,40, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 0,63%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	7.892.891,46	23,14%
Depósitos a Prazo	26.218.584,94	76,86%

Os dez maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 26,10% da captação, no montante de R\$ 8.744.621,39.

### 5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB SERVIDORES era de R\$ 26.145.006,48. O quadro de associados era composto por 3.049 cooperados, havendo um acréscimo de 34,20% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

### 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB SERVIDORES adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 95,22% nos níveis de "AA" a "C".

### 7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui ainda um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL RIO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

### 8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 2017, com mandato até a AGO de 2020, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

### 9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB SERVIDORES aderiram por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

### 10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2018, a ouvidoria do SICOOB SERVIDORES registrou 7 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 7 ocorrências, 2 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Vitória / ES, 22 de fevereiro 2019.

---

MÁRCIO JOSÉ NEVES GOMES  
Diretor Presidente

---

JOSIAS RICAS DE OLIVEIRA  
Diretor Financeiro

---

JOSE JESUS LINS RIBEIRO DA COSTA  
Diretor Administrativo

## BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)

ATIVO		31/12/2018	31/12/2017
<b>CIRCULANTE</b>		<b>32.460.827,72</b>	<b>42.832.376,15</b>
DISPONIBILIDADES	(NOTA 4)	344.111,03	179.321,34
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 5)	16.528.464,42	28.933.080,31
Centralização Financeira - Cooperativas		16.528.464,42	28.933.080,31
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 6)	15.251.822,94	13.203.742,57
Operações de Crédito		15.675.344,70	13.399.051,69
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(423.521,76)	(195.309,12)
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 7)	233.133,71	465.467,56
Créditos por Avais e Fianças Honrados		-	19.548,52
Diversos		233.133,71	464.819,86
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		-	(18.900,82)
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 8)	103.295,62	50.764,37
Outros Valores e Bens		1.483,00	287,00
Despesas Antecipadas		101.812,62	50.477,37
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>39.132.189,04</b>	<b>18.331.487,79</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		36.250.961,37	16.213.135,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 6)	36.250.961,37	16.213.135,69
Operações de Crédito		36.764.477,37	16.452.959,60
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(513.516,00)	(239.823,91)
PERMANENTE		2.881.227,67	2.118.352,10
INVESTIMENTOS	(NOTA 9)	1.106.989,87	979.481,34
Outros Investimentos		1.180.856,16	1.053.347,63
(Provisões para Perdas)		(73.866,29)	(73.866,29)
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	1.772.876,76	1.136.780,00
Imóveis de Uso		987.611,56	972.908,16
Outras Imobilizações de Uso		1.966.031,33	1.112.077,28
(Depreciação acumulada)		(1.180.766,13)	(948.205,44)
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	1.361,04	2.090,76
Outros Ativos Intangíveis		3.648,81	3.648,81
(Amortização acumulada)		(2.287,77)	(1.558,05)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>71.593.016,76</b>	<b>61.163.863,94</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>44.988.967,41</b>	<b>37.590.415,87</b>
DEPÓSITOS	(NOTA 12)	34.111.476,40	33.897.017,63
Depósitos à Vista		7.892.891,46	6.573.108,56
Depósitos a Prazo		26.218.584,94	27.323.909,07
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	7.211.572,72	-
Empréstimos País - Outras Instituições		7.211.572,72	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES		3.665.918,29	3.693.398,24
Cobrança e Arrecadação de Tributos	(NOTA 14.1)	16.664,60	24.577,53
Sociais e Estatutárias	(NOTA 14.2)	1.885.023,04	2.082.457,40
Fiscais e Previdenciárias	(NOTA 14.3)	179.936,41	209.381,09
Diversas	(NOTA 14.4)	1.584.294,24	1.376.982,22
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>26.604.049,35</b>	<b>23.573.448,07</b>
CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16.a)	15.990.243,64	13.808.000,39
De Domiciliados no País		16.021.864,43	13.815.861,89
(Capital a Realizar)		(31.620,79)	(7.861,50)
RESERVAS DE SOBRAS	(NOTA 16.b)	9.859.709,68	9.386.155,22
Fundo de Reserva		3.420.975,59	2.947.421,13
Reservas para Contingências		6.438.734,09	6.438.734,09
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(NOTA 16.c/d)	754.096,03	379.292,46
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>71.593.016,76</b>	<b>61.163.863,94</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS (Em Reais)**

	2º SEMESTRE DE 2018	31/12/2018	31/12/2017
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>6.663.602,81</b>	<b>11.701.385,28</b>	<b>8.630.353,26</b>
Operações de Crédito	6.662.153,85	11.699.936,32	8.630.353,26
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.448,96	1.448,96	-
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.804.861,82)</b>	<b>(3.383.705,59)</b>	<b>(3.125.412,72)</b>
Operações de Captação no Mercado - Nota 12.b	(1.202.242,41)	(2.650.436,93)	(3.058.870,50)
Operações de Empréstimos e Repasses	(211.572,72)	(211.572,72)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(391.046,69)	(521.695,94)	(66.542,22)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.858.740,99</b>	<b>8.317.679,69</b>	<b>5.504.940,54</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(4.498.923,50)</b>	<b>(7.377.669,57)</b>	<b>(5.017.628,96)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	480.940,81	879.936,34	477.851,88
Rendas de Tarifas Bancárias	809,76	1.988,74	2.556,48
Despesas de Pessoal	(2.502.750,36)	(4.688.725,95)	(3.884.396,73)
Outras Despesas Administrativas	(2.273.432,79)	(4.319.521,25)	(3.545.343,90)
Despesas Tributárias	(54.410,46)	(102.528,39)	(96.031,09)
Outros ingressos/rendas operacionais - Nota 19	1.040.869,82	2.180.157,43	3.021.456,84
Outros dispêndios/despesas operacionais - Nota 20	(1.190.950,28)	(1.328.976,49)	(993.722,44)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>359.817,49</b>	<b>940.010,12</b>	<b>487.311,58</b>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL - Nota 21	86,65	5.537,28	(12.973,01)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO, DOS JUROS AO CAPITAL E DAS DESTINAÇÕES ESTATI</b>	<b>359.904,14</b>	<b>945.547,40</b>	<b>474.338,57</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	(1.873,22)	(80,66)
Provisão para Contribuição Social	-	(2.122,98)	(142,33)
<b>RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>359.904,14</b>	<b>941.551,20</b>	<b>474.115,58</b>
Sobras por Incorporação - Nota 1.1	-	1.068,83	-
F A T E S - Atos Cooperativos - Nota 16.d	-	(94.262,00)	(47.411,56)
Reserva Legal - Nota 16.d	-	(94.262,00)	(47.411,56)
<b>SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>359.904,14</b>	<b>754.096,02</b>	<b>379.292,46</b>
Juros ao Capital - Nota 18	(940.784,95)	(940.784,95)	(640.644,57)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)**

	CAPITAL	(-) CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	Total
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>12.788.264,71</b>	<b>(6.355,34)</b>	<b>2.707.105,13</b>	<b>6.438.734,09</b>	<b>643.014,80</b>	<b>22.570.763,39</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>						
Ao FATES	-	-	-	-	(450.110,36)	(450.110,36)
Constituição de Reservas	-	-	192.904,44	-	(192.904,44)	-
<b>Movimentação de Capital</b>						
Por Subscrição/Realização	1.487.472,18	(1.506,16)	-	-	-	1.485.966,02
Por Devolução ( - )	(1.089.535,99)	-	-	-	-	(1.089.535,99)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	474.115,58	474.115,58
Subscrição dos Juros ao Capital	629.660,99	-	-	-	-	629.660,99
<b>Destinação das Sobras ou Perdas:</b>						
Fundo de Reserva	-	-	47.411,56	-	(47.411,56)	-
F A T E S	-	-	-	-	(47.411,56)	(47.411,56)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>13.815.861,89</b>	<b>(7.861,50)</b>	<b>2.947.421,13</b>	<b>6.438.734,09</b>	<b>379.292,46</b>	<b>23.573.448,07</b>
<b>Movimentação de Capital</b>						
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>						
Constituição de Reservas	-	-	379.292,46	-	(379.292,46)	-
<b>Movimentação de Capital</b>						
Por Subscrição/Realização	1.699.872,48	(23.759,29)	-	-	-	1.676.113,19
Por Devolução ( - )	(1.409.698,34)	-	-	-	-	(1.409.698,34)
Incorporação - Nota 1.1	993.379,37	-	-	-	1.068,83	994.448,20
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	941.551,20	941.551,20
Subscrição dos Juros ao Capital	922.460,84	-	-	-	-	922.460,84
IRRF sobre juros ao capital	(11,81)	-	-	-	-	(11,81)
<b>Destinação das Sobras ou Perdas:</b>						
Fundo de Reserva - Nota 16.d	-	-	94.262,00	-	(94.262,00)	-
F A T E S - Nota 16.d	-	-	-	-	(94.262,00)	(94.262,00)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>16.021.864,43</b>	<b>(31.620,79)</b>	<b>3.420.975,59</b>	<b>6.438.734,09</b>	<b>754.096,03</b>	<b>26.604.049,35</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Reais)

	2º SEMESTRE DE 2018	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Sobras/Perdas do Exercício	359.904,14	945.547,40	474.338,57
IRPJ / CSLL	-	(3.996,20)	(222,99)
Outros	7.050,24	7.050,24	-
Amortizações	364,86	729,72	749,49
Depreciações	118.057,69	201.239,56	138.545,66
<b>Sobras/Perdas do Exercício Ajustado</b>	<b>485.376,93</b>	<b>1.150.570,72</b>	<b>613.410,73</b>
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS</b>			
Operações de Crédito	(5.674.318,51)	(22.085.906,05)	(4.137.976,69)
Outros Créditos	43.994,22	232.333,85	465.599,14
Outros Valores e Bens	(8.045,28)	(52.531,25)	(50.764,37)
Depósitos a Vista	1.547.437,58	1.319.782,90	2.002.774,94
Depósitos a Prazo	(209.885,53)	(1.105.324,13)	8.063.213,58
Relações Interdependências	(1.055,85)	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.211.572,72	7.211.572,72	-
Outras Obrigações	131.391,70	(27.479,95)	576.566,49
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>3.526.467,98</b>	<b>(13.356.981,19)</b>	<b>7.532.823,82</b>
Aquisição em Investimentos	(93.654,93)	(127.508,53)	(340.639,36)
Aquisição em Imobilizado de Uso	(46.087,93)	(803.760,03)	(159.701,74)
Baixa de Imobilizações em Uso	532,77	532,77	-
Incorporação Imobilizado de uso	(41.159,30)	(41.159,30)	-
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>(180.369,39)</b>	<b>(971.895,09)</b>	<b>(500.341,10)</b>
Aumento por novos aportes de Capital	905.967,05	1.676.113,19	1.485.966,02
Devolução de Capital à Cooperados	(1.176.260,85)	(1.409.698,34)	(1.089.535,99)
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES	-	-	(450.110,36)
Incorporação de Capital	993.379,37	993.379,37	-
Incorporação das Sobras	1.068,83	1.068,83	-
FATES Sobras Exercício	(94.262,00)	(94.262,00)	(47.411,56)
Subscrição do Juros ao Capital	922.460,84	922.460,84	629.660,99
IRRF sobre Juros ao Capital	(11,81)	(11,81)	-
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>1.552.341,43</b>	<b>2.089.050,08</b>	<b>528.569,10</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>4.898.440,02</b>	<b>(12.239.826,20)</b>	<b>7.561.051,82</b>
No início do período	11.974.135,43	29.112.401,65	21.551.349,83
No fim do período	16.872.575,45	16.872.575,45	29.112.401,65
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>4.898.440,02</b>	<b>(12.239.826,20)</b>	<b>7.561.051,82</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em Reais)

### 1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SERVIDORES, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25 de abril de 1996, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SERVIDORES possui 1 Posto de Atendimento (PA) em COLATINA - ES.

O SICOOB SERVIDORES tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

#### 1.1 Situação especial

Em 2018, a SICOOB SERVIDORES, com o objetivo de ampliar o quadro e atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento do Patrimônio Líquido e do limite para operações, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Trabalhadores em Saneamento Básico no Estado do Espírito Santo (CECMESB), que foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta e homologada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, conforme processo nº Z9997000. Abaixo demonstramos os incrementos patrimoniais:

ATIVO	SALDO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SALDO
Disponibilidades	66.218,38	Outras Obrigações	161.188,92
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	403.849,65	-	-
Operações de Crédito	639.299,44	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>994.448,20</b>
Outros Créditos	3.671,89	Capital Social	993.379,37
Outros Valores e Bens	1.438,46	Sobras Acumuladas	1.068,83
Imobilizado de Uso	41.159,30	-	-
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>1.155.637,12</b>	<b>TOTAL PASSIVO E DO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.155.637,12</b>

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 15 de fevereiro de 2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 02 (R2)- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16, CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.



## NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em Reais)

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

#### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### l) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos

## NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em Reais)

explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

### n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

### o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

### p) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

### q) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

## 4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	344.111,03	179.321,34
Relações interfinanceiras - centralização financeira	16.528.464,42	28.933.080,31
<b>TOTAL</b>	<b>16.872.575,45</b>	<b>29.112.401,65</b>

## 5. Relações interfinanceiras

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	16.528.464,42	28.933.080,31
<b>TOTAL</b>	<b>16.528.464,42</b>	<b>28.933.080,31</b>

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

## 6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

**NOTAS EXPLICATIVAS**

 ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em Reais)

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	224.581,19	-	224.581,19	73.881,05
Empréstimos	14.859.957,14	35.717.512,39	50.577.469,53	28.491.873,56
Títulos Descontados	121.306,90	548,01	121.854,91	160.165,72
Financiamentos	469.499,47	1.046.416,97	1.515.916,44	1.126.090,96
(-) Provisões para Operações de Crédito	(423.521,76)	(513.516,00)	(937.037,76)	(435.133,03)
<b>TOTAL</b>	<b>15.251.822,94</b>	<b>36.250.961,37</b>	<b>51.502.784,31</b>	<b>29.416.878,26</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	6.994.338,76	-	-	6.994.338,76	-	2.181.515,59	-
A 0,5% Normal	25.095.718,06	104.476,83	362.267,08	25.562.461,97	(127.812,51)	12.668.936,75	(63.345,17)
B 1% Normal	11.486.683,65	390.225,16	667.991,68	12.544.900,49	(125.449,00)	11.078.639,29	(110.786,39)
B 1% Vencidas	33.502,68	12.825,62	-	46.328,30	(463,28)	4.658,58	(46,59)
C 3% Normal	4.119.142,98	99.462,43	417.023,93	4.635.629,34	(139.068,88)	3.158.274,45	(94.748,23)
C 3% Vencidas	120.915,00	28.569,65	-	149.484,65	(4.484,54)	41.709,11	(1.251,27)
D 10% Normal	1.533.479,27	29.460,88	27.259,43	1.590.199,58	(159.019,96)	572.355,86	(57.235,59)
D 10% Vencidas	29.188,97	15.065,93	-	44.254,90	(4.425,49)	4.208,00	(420,80)
E 30% Normal	415.764,64	19.872,56	41.374,32	477.011,52	(143.103,46)	-	-
E 30% Vencidas	41.622,17	17.832,58	-	59.454,75	(17.836,43)	37.170,76	(11.151,23)
F 50% Normal	171.133,87	10.088,56	-	181.222,43	(90.611,22)	-	-
F 50% Vencidas	5.020,36	18.278,36	-	23.298,72	(11.649,36)	15.138,33	(7.569,17)
G 70% Normal	42.966,94	3.260,63	-	46.227,57	(32.359,30)	-	-
G 70% Vencidas	-	14.182,49	-	14.182,49	(9.927,74)	2.753,25	(1.927,27)
H 100% Normal	29.768,56	627,76	-	30.396,32	(30.396,32)	66.719,25	(66.719,25)
H 100% Vencidas	19.477,91	20.952,37	-	40.430,28	(40.430,28)	19.932,07	(19.932,07)
<b>Total Normal</b>	<b>49.888.996,73</b>	<b>657.474,81</b>	<b>1.515.916,44</b>	<b>52.062.387,98</b>	<b>(847.820,64)</b>	<b>29.726.441,19</b>	<b>(392.834,64)</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>249.727,09</b>	<b>127.707,00</b>	<b>-</b>	<b>377.434,09</b>	<b>(89.217,12)</b>	<b>125.570,10</b>	<b>(42.298,40)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>50.138.723,82</b>	<b>785.181,81</b>	<b>1.515.916,44</b>	<b>52.439.822,07</b>	<b>(937.037,76)</b>	<b>29.852.011,29</b>	<b>(435.133,03)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(828.765,70)</b>	<b>(72.131,85)</b>	<b>(36.140,21)</b>	<b>(937.037,76)</b>		<b>(435.133,03)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>49.309.958,12</b>	<b>713.049,96</b>	<b>1.479.776,23</b>	<b>51.502.784,31</b>		<b>29.416.878,26</b>	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	6.144.598,98	8.154.757,54	35.717.512,39	50.016.868,91
Títulos Descontados	103.656,84	17.650,06	548,01	121.854,91
Financiamentos	120.829,01	348.670,46	1.046.416,97	1.515.916,44
Conta Corrente	785.181,81	-	-	785.181,81
<b>TOTAL</b>	<b>7.154.266,64</b>	<b>8.521.078,06</b>	<b>36.764.477,37</b>	<b>52.439.822,07</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	-	34.271,68	-	34.271,68	0,07%
Pessoa Física	785.181,81	51.498.513,67	121.854,91	52.405.550,39	99,93%
<b>TOTAL</b>	<b>785.181,81</b>	<b>51.532.785,35</b>	<b>121.854,91</b>	<b>52.439.822,07</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(435.133,03)	(434.569,94)
Constituições / Reversões	(541.753,45)	(32.169,92)
Transferência para prejuízo	39.848,72	31.606,83
<b>TOTAL</b>	<b>(937.037,76)</b>	<b>(435.133,03)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS**

 ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em Reais)

## f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	417.456,90	0,80%	291.850,48	0,98%
10 Maiores Devedores	2.985.130,00	5,69%	1.915.965,90	6,42%
50 Maiores Devedores	10.165.254,33	19,38%	5.889.287,57	19,73%

## g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	309.105,05	323.015,69
Valor das operações transferidas no período	68.491,75	47.115,99
Valor das operações recuperadas no período	(33.287,22)	(61.026,63)
Incorporação	76.985,24	-
<b>TOTAL</b>	<b>421.294,82</b>	<b>309.105,05</b>

## h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2018, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$41.049.482,01, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

**7. Outros créditos**

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças honrados	-	19.548,52
Adiantamentos e Antecipações salariais	70.094,71	56.745,76
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	5.756,70	43.464,13
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	-	135.224,14
Impostos e Contribuições a Compensar	32.028,71	214.496,20
Pagamentos a Ressarcir	540,18	-
Devedores Diversos – País (a)	124.713,41	14.889,63
(-) Provisões para Outros Créditos	-	(18.900,82)
<b>TOTAL</b>	<b>233.133,71</b>	<b>465.467,56</b>

(a) Refere-se a diferença de caixa (R\$ 100,00), pendências a regularizar (R\$ 2.095,89), pendências a regularizar - Bancoob (R\$ 960,71), empresas com desconto em folha (R\$ 119.527,56), outros (R\$ 297,34) e valores a receber – bloqueio judicial Bacen (R\$ 1.731,91).

**8. Outros valores e bens**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Material em Estoque	1.483,00	287,00
Despesas Antecipadas (a)	101.812,62	50.477,37
<b>TOTAL</b>	<b>103.295,62</b>	<b>50.764,37</b>

(a) Registram-se no grupo despesas antecipadas, prêmios de seguros (R\$10.154,00), vale refeição e alimentação (R\$48.673,68), vale transportes (R\$2.239,80) e contribuição ao fundo de estabilidade e liquidez do sistema Sicoob (R\$40.745,14).

**9. Investimentos**

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	Aquisições	Baixas	31/12/2018
Participação Sicoob Central Rio	955.683,34	122.186,85	-	1.077.870,19
Participação Inst. Finac. Controlada Coop Crédito	23.798,00	23.798,00	-	29.119,68
Participações Coop exceto Coop Central Crédito	3.721,61	-	-	3.721,61
Outras Participações	70.144,68	-	-	70.144,68
(-) Cotas da Central	(70.144,68)	-	-	(70.144,68)
(-) Outros	(3.721,61)	-	-	(3.721,61)
<b>TOTAL</b>	<b>979.481,34</b>	<b>127.508,53</b>	<b>-</b>	<b>1.106.989,87</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS

 ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em Reais)

### 10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa	31/12/2017	Incorporações	Aquisições	Transferência (a)	Baixa	Depreciação	31/12/2018
Terrenos	0%	-	-	-	7.541,02	-	-	7.541,02
Edificações	4%	972.908,16	51.745,42	-	(44.583,04)	-	-	980.070,54
(-) Depr. Acum.-Edificações		(223.640,11)	(20.454,30)	-	8.394,22	-	(38.894,93)	(274.595,12)
Instalações	10%	16.137,46	-	417.766,79	37.042,02	-	-	470.946,27
(-) Depr. Acum.-Instalações		(14.431,58)	-	-	(15.444,46)	-	(30.186,46)	(60.062,50)
Móveis e Equip. de uso	10%	452.358,22	8.767,00	161.284,37	-	(4.535,00)	-	617.874,59
(-) Depr. Acum.-Móv. Equip. de uso		(295.661,35)	(5.737,58)	-	-	4.002,23	(39.080,31)	(336.477,01)
Sistema de Comunicação	10%	34.609,04	-	15.172,85	-	-	-	49.781,89
(-) Depr. Acum.-Sist. Comunicação		(19.673,49)	-	-	-	-	(2.663,60)	(22.337,09)
Sistema de processamento de dados	20%	449.919,36	13.592,00	132.416,36	-	(4.672,00)	-	591.255,72
(-) Depr. Acum.-Sist. Proc. de Dados		(298.900,09)	(6.753,24)	-	-	4.672,00	(64.305,72)	(365.287,05)
Sistema de Segurança	10%	14.053,20	-	77.119,66	-	-	-	91.172,86
(-) Depr. Acum.-Sist. Segurança		(8.612,68)	-	-	-	-	(10.308,50)	(18.921,18)
Sistema de Transportes	10%	145.000,00	-	-	-	-	-	145.000,00
(-) Depr. Acum.-Sist. Segurança		(87.286,14)	-	-	-	-	(15.800,04)	(103.086,18)
<b>TOTAL</b>		<b>1.136.780,00</b>	<b>41.159,30</b>	<b>803.760,03</b>	<b>(7.050,24)</b>	<b>(532,77)</b>	<b>(201.239,56)</b>	<b>1.772.876,76</b>

(a) - Por conta da segregação do saldo de terrenos e edificações, reclassificação de edificações para instalações, houve uma reversão da depreciação, que totalizou R\$ 7.050,24.

### 11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objetivo os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa Amortização	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Amortizações	31/12/2018
Outros Ativos Intangíveis	20%	3.648,81	-	-	-	3.648,81
(-) Amort. Acum.- Outros ativos		(1.558,05)	-	-	(729,72)	(2.287,77)
<b>TOTAL</b>		<b>2.090,76</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(729,72)</b>	<b>1.361,04</b>

### 12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Depósito à Vista	7.892.891,46	-	6.573.108,56	-
Depósito a Prazo	26.218.584,94	0,59%	27.323.909,07	0,85%
<b>TOTAL</b>	<b>34.111.476,40</b>	<b>-</b>	<b>33.897.017,63</b>	<b>-</b>

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	1.675.225,07	4,91%	1.544.424,41	4,56%
10 Maiores Depositantes	8.744.621,39	25,64%	8.447.489,43	24,92%
50 Maiores Depositantes	17.491.443,37	51,28%	18.099.730,96	53,40%

## NOTAS EXPLICATIVAS

 ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em Reais)

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.600.226,23)	(3.015.014,13)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(50.210,70)	(43.856,37)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.650.436,93)</b>	<b>(3.058.870,50)</b>

### 13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Cooperativa Central	0,15% + CDI	15/01/2024	7.211.572,72	-
<b>TOTAL</b>			<b>7.211.572,72</b>	<b>-</b>

### 14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados – 14.1	16.664,60	24.577,53
Sociais e Estatutárias – 14.2	1.885.023,04	2.082.457,40
Fiscais e Previdenciárias – 14.3	179.936,41	209.381,09
Diversas – 14.4	1.584.294,24	1.376.982,22
<b>TOTAL</b>	<b>3.665.918,29</b>	<b>3.693.398,24</b>

#### 14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	16.664,60	24.577,53
<b>TOTAL</b>	<b>16.664,60</b>	<b>24.577,53</b>

#### 14.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	913.206,36	1.389.076,04
Resultado de Atos com Não Associados (a)	41.437,20	41.311,18

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cotas de Capital a Pagar (b)	930.379,48	652.070,18
<b>TOTAL</b>	<b>1.885.023,04</b>	<b>2.082.457,40</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

#### 14.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	179.936,41	209.381,09
<b>TOTAL</b>	<b>179.936,41</b>	<b>209.381,09</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em Reais)

### 14.4 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	16.081,34	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	299.916,27	366.408,02
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 27)	511.503,29	512.240,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	115.510,46	57.176,49
Credores Diversos – País (c)	641.282,88	441.157,71
<b>TOTAL</b>	<b>1.584.294,24</b>	<b>1.376.982,22</b>

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 282.599,97) e outras despesas administrativas (R\$ 17.316,30).

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016, referente a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Referem-se a pendências a regularizar (R\$ 5.802,29), pendências a regularizar – Bancoob (R\$ 218.589,12), outros (R\$ 414.891,47) e cheques depositados (R\$ 2.000,00).

### 15. Instrumentos financeiros

O SICOOB SERVIDORES opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

### 16. Patrimônio líquido

#### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	15.990.243,64	13.808.000,39
Associados	3.049	2.272

#### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades. Em 31/12/2018 a Reserva Legal totalizava R\$ 3.420.975,59.

#### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Conforme aprovado em reunião assembleia geral, datado em 27/4/2018, foi deliberado que as sobras do exercício, no valor de R\$ 379.292,46, devem ser destinadas para Reserva Legal, com objetivo de melhorar o patrimônio líquido e respectivamente os limites operacionais.

#### d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

**NOTAS EXPLICATIVAS**

 ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em Reais)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobras antes das destinações estatutárias	941.551,20	474.115,58
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Sobras do processo de incorporação à disposição da Assembleia Geral	1.068,83	-
<b>Sobra líquida, base de cálculo das destinações</b>	<b>942.620,03</b>	<b>474.115,58</b>
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(94.262,00)	(47.411,56)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(94.262,00)	(47.411,56)
<b>Sobras à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>754.096,03</b>	<b>379.292,46</b>

**17. Resultado de atos não cooperativos**

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	632.355,65	299.238,97
Despesas específicas de atos não cooperativos	(305.783,40)	(139.637,04)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(376.187,00)	(181.545,79)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(49.614,75)</b>	<b>(21.943,86)</b>
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	5.537,28	(12.973,01)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(44.077,47)	(34.916,87)
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>(44.077,47)</b>	<b>(34.916,87)</b>

**18. Provisão de Juros ao Capital**

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

**19. Outros ingressos/rendas operacionais**

Descrição	2º Semestre de 2018	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	58.213,52	136.361,13	46.141,35
Ingressos De Depósitos Intercooperativos	357.170,88	945.481,58	2.244.347,72
Outras	6.148,22	10.146,73	5.915,63
Outras Rendas Operacionais	619.337,20	1.088.167,99	725.052,14
<b>TOTAL</b>	<b>1.040.869,82</b>	<b>2.180.157,43</b>	<b>3.021.456,84</b>

**20. Outros dispêndios/despesas operacionais**

Descrição	2º Semestre de 2018	31/12/2018	31/12/2017
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	-	(878,81)
Despesas de Provisões Passivas	(55.812,60)	(69.999,84)	(266.582,37)
Outras Despesas Operacionais	(194.352,73)	(318.191,70)	(85.616,69)
Juros ao Capital Próprio (Nota 18)	(940.784,95)	(940.784,95)	(640.644,57)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.190.950,28)</b>	<b>(1.328.976,49)</b>	<b>(933.722,44)</b>

**21. Resultado não operacional**

Descrição	2º Semestre de 2018	31/12/2018	31/12/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	-	7.000,00
Ganhos de Capital	86,65	1.128,30	867,10
Outras Rendas não Operacionais	-	4.422,96	-
(-) Perdas de Capital	-	(13,98)	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	-	(20.840,11)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>86,65</b>	<b>5.537,28</b>	<b>(12.973,01)</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS

 ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em Reais)

### 22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa; as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.571.846,21	1,4%	(3.702,97)
<b>TOTAL</b>	<b>1.571.846,21</b>	<b>1,4%</b>	<b>(3.702,97)</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>806.843,93</b>	<b>3,8%</b>	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	13.136,38	(384,28)	2%
Empréstimo	901.146,73	(7.141,57)	2%
Financiamento	76.562,09	(969,15)	5%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	290.229,28	3,76%	0%
Depósitos a Prazo	2.280.327,66	8,7%	0,71%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	2,42%	2,42%
Financiamento	2,05%	2,05%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	1,07%	1,07%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	101% da taxa CDI	101% da taxa CDI

#### PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018

Empréstimos e Financiamentos	1,25%
------------------------------	-------

As obrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(932.548,94)
Encargos Sociais	(191.664,56)
Alimentação/Refeição e Transporte	(133.947,24)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.124.213,50)</b>

### 23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SERVIDORES, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE

## NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em Reais)

CRÉDITO RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SERVIDORES responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

### 24. Gerenciamento de Risco e de Capital

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

#### 24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

#### 24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

#### 24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

#### 24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

#### 24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

**NOTAS EXPLICATIVAS**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em Reais)**24.6 Gestão de Continuidade de Negócio**

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

**25. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimonial	1.961.000,00	-
Veículos	250.000,00	250.000,00
Valores	1.230.000,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.441.000,00</b>	<b>250.000,00</b>

**26. Índice de Basileia**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013 compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR), totalizando o valor de R\$ 26.145.006,48, encontra-se compatível com grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2018, com percentual de Índice de Basileia 46,79%.

**27. Contingências Passivas**

Com base nas informações dos assessores jurídicos do SICOOB SERVIDORES, sobre os processos judiciais nos quais a cooperativa figurava como polo passivo, que foram classificados com risco de perda provável, totalizaram R\$511.503,29, sendo todos os processos de natureza cível, que foram provisionados na sua totalidade, em conformidade à Resolução CMN nº 3.823/09 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 25. Em 31.12.2018, não existiam processos judiciais nos quais a cooperativa figurava como polo passivo, classificados com perda possível.

Vitória/ES, 22 de fevereiro de 2019.

---

MÁRCIO JOSÉ NEVES GOMES  
Diretor Presidente

---

JOSIAS RICAS DE OLIVEIRA  
Diretor Financeiro

---

JOSE JESUS LINS RIBEIRO DA COSTA  
Diretor Administrativo

---

RAFAEL DIAS  
Contador - CRC 102099/O-7

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

Ao Conselho de Administração e aos Cooperados da  
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores  
Públicos no Estado do Espírito Santo - SICOOB  
SERVIDORES  
Vitória/ES

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo - SICOOB SERVIDORES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Espírito Santo - SICOOB SERVIDORES em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do **Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB SERVIDORES**, em cumprimento das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e Relatório da Auditoria, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e encontrado tudo em perfeita ordem, de acordo com a escrituração e com o que determina a legislação pertinente, consideram que refletem a situação econômica financeira da cooperativa e recomendam a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Vitória (ES), 26 de Março de 2019.

Djalma Faustino da Silva  
Conselheiro efetivo

Fábio Coutinho Barros  
Conselheiro efetivo

Nemerson Mônico Comério  
Conselheiro efetivo



**SICOOB**  
Servidores